

## ESTRATÉGIAS HIGIENISTAS COMO PRÁTICAS DE EDUCAR E CIVILIZAR O CORPO

Mayra Louyse Rocha Paranhos; Livia de Rezende Cardoso; Márcia Cristina Rocha Paranhos

(Universidade Federal de Sergipe, mayraufs20@gmail.com)

**Resumo:** Diante de uma sociedade que buscava mudanças de hábitos e comportamentos, como uma porta para o progresso frente a modernidade vivenciada por outros países, surgem as práticas higienistas alicerçadas nos saberes médicos. Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo analisar o impacto de estratégias higienistas como práticas de educar e civilizar o corpo. Além disso, discutir como as biopolíticas moldam os corpos, através de práticas disciplinadoras. Tendo em vista que uma das características dessas práticas higienistas era a educação dos corpos, para que estes tornassem civilizados, controlando as suas vontades e instintos, buscando o corpo perfeito e saudável, livre de vontades e desejos que o fizessem fugir das “boas maneiras”. Assim, as possibilidades de produzir sentidos para esses corpos mediante as imposições sociais, é marcada em nome da moral e dos bons costumes, bem como pelas imposições de “correção” do que não corroborasse com o que era “normal” ou “certo” para as práticas higienistas.

**Palavras-chave:** Biopoder, Corpo, Disciplina, Educação, Higiene.

### INTRODUÇÃO

Para estudarmos as práticas de higiene seria possível dissociarmos estas dos discursos que foram produzidos em torno das mesmas? Isto porque foram os discursos que por tempo regularam os corpos, conduzindo estes a se portarem de acordo com o novo padrão de comportamento que estava sendo exigido pela higiene (VAGO,2000; COSTA et al., 2014; ROCHA, 2016).

Através dos discursos médicos a sociedade aderiu as “boas maneiras” que estas práticas solicitavam, assim, o corpo se configurou para atender as suas novas funções sociais, que seriam a escolha pelo que era considerado “decente” ou “normal”, repudiando qualquer coisa que fugisse a esse padrão, surgindo assim novas construções de condicionamento social, pensamentos e práticas (GÓIS-JUNIOR; SLVA, 2016). Para tanto, se fez necessário sensibilizar a sociedade a ponto que as práticas fossem mudadas, através de discursos de sociedade bem-educada, de cidadãos/os de bem e interferindo nos sentimentos das/os mesmas/os, com o intuito de desenvolver novas percepções acerca da moral e do pudor.

Havendo um certo interesse político, foi na modernidade que as questões biológicas, como os cuidados básicos com o corpo, ficaram atreladas a importância e o valor da saúde das/os cidadãos/os (MENDES; NÓBREGA, 2008). Nesta perspectiva, a higiene aparece com relevância, tendo em vista a sua capacidade de modificação nos costumes de normas e

etiquetas, constituindo-se em uma prática que por exigir e apresentar vigilância dos costumes, pôde ser vista também como uma disciplina (ROCHA, 2016).

As estratégias higienistas e os saberes médicos podem ser associados a uma biopolítica, na qual pretendia-se controlar os corpos dos sujeitos, para que estes fossem “adestrados” e úteis a sociedade, correspondendo a uma forma de biopoder que se assemelhava ao poder disciplinar, em virtude das técnicas utilizadas de controle, entretanto esse poder não somente controlava o corpo do sujeito, mas sim a população em massa. Através do conhecimento sobre a população, se fazia o controle do biológico para que este pudesse atender as expectativas criadas pela sociedade e os seus padrões.

Partindo de uma retórica sobre os estudos sobre corpo e sua higienização, foi na segunda metade do século XIX e o início do século XX, que a educação escolar começa a ser vista como um meio de promoção da civilização e regeneração física e moral dos povos, ela também começa a ser associada e articulada para o acesso de uma profilaxia social (ROCHA, 2015). É a partir de discursos médicos-higienistas que começam as investidas numa intervenção sobre o corpo e a mente das/os alunas/os, para que estas/es acompanhassem o desenvolvimento científico e o progresso da modernidade, pois, para esta racionalidade, o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira estava atrelado a civilização dos povos (VAGO, 2000; RICHTER; VAZ, 2010; ROCHA, 2016).

O trabalho de Góis-Júnior e Silva (2016), aponta que um dos motivos que favoreceram a associação entre educação e saúde e uma constituição higienista, com as reformas de hábitos da sociedade e educação do corpo, está relacionado a presença dos intelectuais em cargos governamentais, bem como as políticas governamentais que efetivaram estratégias para ampliar a sociedade e inseri-la na modernidade. Além disso, a implantação das faculdades de Medicina nos Estados da Bahia e do Rio de Janeiro, incorporaram práticas higiênicas no centro das ciências médicas, as quais favoreceram na educação dos corpos dentro do cenário educacional (COSTA et al., 2014).

Nessa perspectiva, este artigo é resultado de um levantamento bibliográfico da produção científica que discorre sobre os temas “corpo, disciplina, educação e biopoder”. Esses temas foram escolhidos para versar sobre como os corpos conseguiam produzir subjetividades mediante as estratégias higienistas. Assim, o estudo objetivou analisar o impacto de estratégias higienistas como práticas de educar e civilizar o corpo.

Atendendo ao objetivo, o trabalho discute como os discursos médicos criam sentidos sobre esses corpos educados e civilizados e estes são apresentados em duas categorias. Na

primeira, “Práticas de higiene e os saberes médicos”, são apresentados trabalhos que falam sobre como os discursos médico-higienista foram se constituindo e ganhando espaço na sociedade, principalmente no campo educacional. A segunda categoria, “Subjetividades do corpo educado e civilizado”, apresenta como as mudanças dos hábitos podem moldar o corpo, bem como discutir a relação do saber/poder como uma forma de administração da vida e dos corpos.

## **PRÁTICAS DE HIGIENE E OS SABERES MÉDICOS**

Para compreendermos sobre os aspectos históricos que envolveram os discursos higienistas e a efetivação deles na sociedade, é preciso buscarmos fontes que relatem sobre os benefícios e malefícios que estes discursos podem ter ocasionado. Para tanto, alguns trabalhos realizados nos permitem um breve estudo para explanação sobre o assunto e a sua problematização.

Segundo Costa e colaboradores (2014), foi durante o século XIX, com a implantação das faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro em 1808, que ocorreram debates entre intelectuais e políticos sobre a insalubridade das cidades. Para estes, um processo de reformulação de hábitos não se limitava somente as ruas, porém seria necessária uma conscientização para incutir nas/os cidadãs/os, através da higienização dos corpos, hábitos que estivessem atrelados ao corpo saudável e ao progresso de uma sociedade moderna e civilizada.

Diante de discussões sobre a adoção de práticas higienistas para promoção de uma sociedade “bem-educada”, ao final do século XIX e início do século XX presenciou-se na sociedade discursos de como a escola era importante para formação de uma vida considerada saudável, com práticas que fossem moralmente aceitas e que corroborassem com a civilização das/os cidadãs/os.

Em busca de uma formação para homens e mulheres civilizados/as e que atendessem a uma determinada categoria, que os discursos médicos se difundiram pelas escolas e mostraram a necessidade de uma formação fundamentada em novas formas de produção de trabalho. Assim, a educação precisava sair do âmbito familiar e religioso e ser útil a uma nova ordem que estava sendo instalada. De tal modo, as/os cidadãs/os precisavam ser educadas/os por essas práticas e para elas. Então surge a higiene como um modelo organizacional escolar, que tirava de cena as ordens familiares e religiosas e controlava a formação desses sujeitos (GONDRA, 2000).

Com a intervenção dos médicos-higienistas nos ambientes escolares, começou-se a se ter um controle sobre o comportamento das/os alunas/os dentro e fora da instituição. Dentro das escolas as/os professoras/es ficavam atentas/os a qualquer forma de desvio do que a conduta exigia, como também nas casas era aconselhado que os pais ficassem atentos. Uma das formas de controle do comportamento, tanto para as escolas como para os pais, foi o surgimento dos manuais médicos e dicionários populares, ao final do século XIX e início do século XX, que ensinavam aos pais, professoras/es e diretoras/es a combater ou evitar práticas que não condissessem com a moral ou discurso médico-higienista (CONCEIÇÃO, 2015; ROCHA, 2015; ROCHA, 2016).

Partindo para o século XX, é perceptível a presença dos intelectuais em cargos governamentais e participando de decisões que envolviam a intervenção higienista como prática dos currículos das escolas públicas, a exemplo temos os Pioneiros da Escola Nova. Estes tinham como anseio disciplinar a pobreza no corpo, na mente, nos gestos e nos sentimentos (NUNES, 2000). Os Escolanovistas eram sinônimo de progresso e modernidade e as escolas que não incutissem uma mentalidade higiênica estavam fora desse progresso.

Nessa perspectiva, de mostrar esse modelo de ensino trazido pela escola nova, a autora Nunes (2000), em seu trabalho intitulado “(Des)encantos da modernidade pedagógica”, nos mostra como este modelo prezava as formas de moral, higiene e estética e que, apesar do discurso liberal, se contradiziam em suas práticas pedagógicas, pois enquanto mostrava-se risonha e franca, também tinham uma intensificação de vigilância sobre a limpeza do corpo, da roupa e dos modos das/os alunas/os. Abordando como eram trabalhadas as formas de limpeza, que contava com a ajuda das/os alunas/os, orientadas/os por professoras/es, na liderança de pelotões para controle e vigilância dos hábitos higiênicos.

Nas décadas de 10,20 e 30, dentro das escolas públicas municipais, esses pelotões, constituídos pelos alunos mais comportados e/ou aplicados de algumas turmas, mantinham a vigilância sobre o estado de limpeza do corpo, da roupa e dos modos dos seus colegas. Seus componentes eram identificados, na escola, pela utilização de uma faixa com uma cruz vermelha presa no braço. A ficha do pelotão determinava para cada aluno, em cada dia da semana, tarefas higiênicas a serem cumpridas. Seu objetivo era a inculcação de determinadas normas de uso do corpo e de comportamento em ambientes privados e públicos. Essa ficha ficava guardada com a professora e era mensalmente visada pela diretora, pelo inspetor e pelo médico de cada distrito. Recomendava-se que o aluno, dizendo sempre a verdade, examinasse e assinalasse o quesito cumprido [...] (NUNES, 2000, p.385).

Esse interesse e preocupação em fazer remodelamentos da sociedade, com as mudanças dos hábitos e costumes dos sujeitos, fazendo com que estes se adequem a novos cenários que lhes são impostos, fizeram com que manuais de higiene, alicerçados nas práticas

de civilidade, regulamentassem as condutas e os procedimentos que preparariam o homem para o controle dos seus desejos irracionais (GLEYSE; SOARES, 2012).

Diante desse pressuposto, percebe-se um ensino dos cuidados higiênicos voltados à conservação da saúde vinculada com a moral, mostrando-se um caráter prático, que seria exercitado primeiramente para depois ser estudado. Além disso, essa prática transformou profundamente a vida de muitas pessoas, pedagogizando corpos e excluindo suas subjetividades.

## **SUBJETIVIDADES DO CORPO EDUCADO E CIVILIZADO**

O corpo que se altera através do decurso do tempo, é moldado a partir das mudanças dos hábitos de vida e até mesmo com as novas formas de intervenção médica. De acordo com Louro (2008), “Os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados”, podemos dar início a uma reflexão do que seriam as diversas imposições higienistas para subjetivação desses corpos que foram educados e civilizados por uma racionalidade que, em nome de um bem-estar e progresso, desenvolveram estratégias que pretendiam “salvar” o corpo através da renúncia deste por aquilo que não estivesse relacionado com as práticas moralmente aceitas.

Nessa perspectiva, podemos pensar as estratégias higienistas como biopolíticas que possibilitaram que os corpos dos sujeitos fossem administrados e que a vida fosse controlada através do conhecimento sobre a população. Assim, surge um novo poder, que tem como objetivo o controle do biológico para que este possa suprir as expectativas criadas pela sociedade e os seus padrões.

Em seu trabalho “Vigiar e punir”, Foucault (1987) mostra como as técnicas de poder, que se consolidam no corpo dos sujeitos, surgem a partir do século XVII e produzem grandes reflexos no cenário macropolítico, em virtude de serem técnicas que possibilitam o controle do corpo, tornando-o útil e disciplinado. Esse método, que seria para Foucault a disciplina, permite que o corpo seja dominado para que opere conforme como se quer o poder.

No fundo, a higiene é um saber que é poder porque veio obrigar a uma certa contenção, uma domesticação dos afectos marcada por uma infinidade de micropenalidades que se gravam na memória e transformam todos e cada um ao longo da vida (BRÁS, 2008, p.114).

É possível encontrarmos na literatura indícios que nos remetem a uma tentativa da salvação dos corpos em prol da moral e dos bons costumes. Assim como também, o biopoder que estava presente nos discursos produzidos por médicos-higienistas e pelos políticos. Esses

discursos penetravam cada vez mais na intimidade pessoal dos cidadãos, não precisando mais de um controle moral externo, pois tornaram-se internalizados (GLEYSE; SOARES, 2012).

Mendes e Nóbrega (2008), em seu trabalho que buscou analisar um periódico intitulado *Brazil Médico* no período de 1887 a 1923 para tratar as compreensões sobre corpo e saúde e as relações com a Educação Física, mostra como o corpo, em sua diversidade, é moldado para se enquadrar nos modelos europeus de forma física. E que os médicos que publicavam artigos nesse periódico abordado, “buscavam um corpo padronizado, civilizado, culto, ordenado, equilibrado, sem excessos, saneado, aperfeiçoado, regenerado, disciplinado e sem defeitos” (Mendes; Nóbrega, 2008, p. 213).

O corpo se constitui em um espaço de medidas para as práticas sociais em virtude da sua composição e por ser facilmente moldado pelas técnicas disciplinares e pela biopolítica (FOUCAULT, 2008). Além disso, Foucault (2008), mostra como o corpo é um objeto maleável do poder, do poder que produz controle e que tem como alvo o corpo humano, não com a finalidade de crucificar, martirizar, mas para aperfeiçoar. Nessa perspectiva, é válido ressaltar que para Foucault, o poder não é visto somente como repressor e que irá anular o sujeito, mas também como um jogo de relações na qual o sujeito será produzido.

No trabalho de Del-Priore (2011), intitulado “Histórias Íntimas – sexualidade e erotismo na história do Brasil”, a autora aborda como o discurso higienista, que se fazia tão presente entre os anos 1920 e 1930, estimulava para que as mulheres procurassem uma vida mais saudável, voltada ao ar livre e a prática de exercícios regulares, para atingir as compleições perfeitas para aquela época, o que associado com a modernização e a exposição dos corpos provocou a busca pela aparência sadia. Assim, a medicina sai dos seus limites de cuidados somente aos corpos doentes e se volta para a preservação da saúde, proporcionando correções de imperfeições que os corpos poderiam ter, a partir das práticas higiênicas que garantiam uma vida disciplinada e moderada.

Diante de uma sociedade alicerçada em práticas higienistas, percebe-se uma inclinação para educação dos corpos, na qual acreditavam que estes iriam tornar-se civilizados, deixando para trás as marcas de um retrocesso e lançando-se para a modernidade, controlando as suas vontades e instintos, buscando o corpo perfeito e saudável, livre de vontades e desejos que o fizessem fugir das “boas maneiras”. Assim, as possibilidades de produzir sentidos para esses corpos mediante as imposições sociais, é marcada em nome da moral e dos bons costumes, bem como pelas imposições de “correção” do que não corroborasse com o que era “normal” ou “certo” para as práticas higienistas.

## CONSIDERAÇÕES

A partir dos problemas enfrentados pelo Brasil, como a insalubridade de suas cidades, as intervenções higiênicas foram utilizadas como uma “cura” não só para a qualidade de vida dos cidadãos, através das mudanças de hábitos e comportamentos, mas também como uma porta para o progresso frente a modernidade vivenciada por outros países. Assim, a higiene, que sempre esteve entrelaçada a medicina, encontrou nas Instituições Educacionais uma oportunidade para instituição e efetivação de suas práticas.

Considerando o corpo como algo que aparece, se faz e refaz nas particularidades de um ambiente escolar e que precisa de uma organização no espaço-tempo da instituição de ensino para formação de comportamentos e subjetividades, é interessante refletirmos como estes corpos conseguiram produzir sentidos mesmo com as imposições de “correção” do que não fosse considerado como “normal” para uma sociedade “bem-educada”, através das práticas higienistas estabelecidas formadas a partir de saberes médicos.

Em meio as mudanças políticas, sociais e culturais vivenciadas pelo país, após a República no início do século XX, os médicos-higienistas adotaram estratégias para formação dos corpos que deveriam responder a uma configuração social. Os manuais de medicina que tratavam de higiene, chamavam atenção para as vantagens físicas e morais dos exercícios e o crescente número de professores de ginástica, induziam que o corpo deveria abandonar o papel secundário, adquirindo dinâmica.

No que concerne a biopolítica, um exercício do poder sobre a vida, se torna indispensável problematizar como o saber/poder se configura em um agente para transformação da vida humana, especificamente como ele pode agir nos corpos dos sujeitos. De acordo com Foucault (1989), o corpo é uma realidade biopolítica pela qual os saberes médicos irão manifestar suas estratégias e controlar a sociedade. Levando em consideração, que a sociedade capitalista investe no corpo como uma forma de progresso.

Através dessa racionalidade, podemos refletir sobre a trajetória das transformações dos comportamentos, bem como da divulgação de normas que molduravam e uniformizavam os costumes, gerando um controle sobre as vontades individuais. Pois através dessa intervenção higienista, esperava-se que os corpos fossem educados para uma vida civilizada em sociedade. Além disso, refletimos sobre os posicionamentos de uma determinada ordem, a medicina, sobre a “fabricação” de corpos saudáveis que atendessem aos padrões exigidos pelas práticas higienistas.

## REFERENCIAS

BRÁS, José Gregório Viegas. A higiene e o governo das almas: o despertar de uma nova relação. **Revista Lusófona de Educação**, 2008, n. 12, p. 113-138.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. 'Vícios execráveis': campanha médica de combate à masturbação e à homossexualidade entre os pensionistas de colégio-internatos (1845-1927). In: **Revista Brasileira de História da Educação.**, Maringá-PR, v. 15, n. 2 (38), p. 111-132, maio/ago. 2015.

COSTA, Luciene Henrique da. SANTOS, Marysol de Souza. GÓIS JUNIOR, Edivaldo. O discurso médico e a Educação Física nas escolas (Brasil, século XIX). **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, Abr./Jun. 2014, p. 273-278.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias Íntimas** – sexualidade e erotismo na história do Brasil. 2ª reimpressão, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

GLEYSE, Jacques. SOARES, Carmen Lúcia. Como se fabricam os anjos? Uma arqueologia do corpo nos manuais escolares de moral e de higiene na França, 1880-1974. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 4, p. 805- 824, out./dez. 2012.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo Góis. SILVA, Leonardo Mattos da Motta da. Educação do corpo e higiene escolar na imprensa do Rio de Janeiro (1930-1939). **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 411-426, abr./jun. 2016.

GONDRA, José J. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-550.

MENDES, Maria Isabel B. de Souza; NÓBREGA, Terezinha P. da. O Brazil-Médico e as contribuições do pensamento médico-higienista para as bases científicas da educação física brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.209-219, jan.-mar. 2008.

NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 371-398.

RICHTER, Ana Cristina. VAZ, Alexandre Fernandes. Educar e cuidar do corpo: biopolítica no atendimento à pequena infância. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.02, p.117-134, ago. 2010.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.371-390.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Manuais escolares para um ensino prático. **Hist. Educ. (Online)**, Porto Alegre, v. 20. n.50, Set./dez., 2016, p. 95-118.

VAGO, Tarcísio Mauro. Cultura escolar, cultivo de corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920). **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 121-135. 2000. Editora da UFPR.